

A Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria: Educação, moral, ética e a construção do modelo de feminilidade na cidade de Montes Claros

Elizabeth Barbosa Carneiro*

Resumo: O presente artigo objetivou relatar a vinda de grupos religiosos para Montes Claros que impulsionaram o surgimento de várias instituições católicas na cidade, além de atender aos anseios da elite no que se refere à formação educacional, moral, cristã, profissional de seus alunos e alunas, além de interesses econômicos para a oligarquia. Destarte, a religião construiu o que se compreende como educação no norte de Minas e determinou as organizações econômicas em Montes Claros no início do século XX, para além das determinações do Estado. Portanto, analisamos como a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria construíram um modelo de ideal feminino a partir do Colégio Imaculada Conceição.

Palavras-chave: Formação educacional; catolicismo; modelo de ideal feminino.

Abstract: The present article aimed to report the coming of religious groups to Montes Claros, which put forward the emergence of various catholic institutions in the city, aside from serving the longings of the elite in what refers to the educational formation, moral, Christian, and professional of their students, besides the economic interests to the oligarchy. In this way, the religion built what refers as education in the north of Minas Gerais and determined the economic organizations in Montes Claros in the beginning of the 20th Century, to beyond the State determinations. Wherefore, we analyze how the Congregation of the Sisters of the Sacred Heart of Mary (Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria) built a female ideal model from the College Immaculate Conception (Colégio Imaculada Conceição).

Keywords: Educational background; Catholicism; Female ideal model

Resumen: En el presente artículo se há objetivado informar la llegada de los grupos religiosos para Montes Claros que impulsaron el surgimiento de numerosas instituciones católicas en la ciudad, además de cumplir con los deseos de la élite local con respecto a la educación, moral, cristiana, profesionales de sus estudiantes, y los intereses económicos de la oligarquía. Así pues, la religión construyó lo que se entiende por educación en el norte de Minas Gerais y determinó las asociaciones económicas de Montes Claros a principios del siglo XX, más allá de las determinaciones estatales. Lo tanto, se analiza como la Congregación de las Hermanas del Sagrado Corazón de María construyó un modelo de ideal femenino del Colegio Imaculada Concepción.

Palabras clave: formación educativa; catolicismo; modelo de ideal femenino.

* Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora adjunta do departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Centro de Ciência Humanas (CCH). Campus/ Montes Claros. (Unimontes). Email: betecarneiro@yahoo.com.br

A Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria chega a Montes Claros

O século XIX foi marcado pelo impulso da missão e da consciência missionária. Após a revolução francesa, o ressurgimento do ideal religioso foi responsável por esse interesse expansionista. A convicção de que todos os cristãos tinham um dever missionário era a principal forma de incentivo para esse compromisso. A ala católica bem como a ala protestante teve influência importante no desenvolvimento político e econômico das nações. As novas potências industriais, em busca de matérias-primas e novos mercados, tornaram-se cada vez mais concorrentes. Não só nesse caso, mas também no período inicial, a obra missionária teve um papel importante: auxiliar na expansão territorial e comercial do interior dos países. O interesse missionário teve início com o protestantismo; nasceram muitas associações missionárias, ainda no começo do século XIX. As instituições católicas se mostraram bastantes pródigas no tocante às missões, contudo somente no último quartel do século XIX.

Assim, o fenômeno aconteceu principalmente por intermédio de representantes de membros de ordens missionárias europeias, cuja função era transmitir a doutrina cristã aos povos que não a conheciam. No Brasil, durante o período colonial e no Império, não se verificou muito interesse das autoridades políticas em estimular o fortalecimento do catolicismo nos moldes transmitidos pelos membros pertencentes às ordens e congregações religiosas europeias. Os registros históricos no Brasil destacaram a Companhia de Jesus como a primeira ordem a exercer atividades missionárias, permanecendo-se fiel ao Papa de Roma durante os conflitos internos do catolicismo na Europa.

Conforme consta em diversos documentos sobre a história do Brasil, na segunda metade do século XVI até o século XVIII, ao chegarem ao país, os jesuítas foram os únicos a propagar a educação, sobretudo a que era voltada para a catequização dos povos nativos, contando com a contribuição direta das missões expansionistas portuguesa, resultando no extermínio tanto dos habitantes quanto da cultura nativa. Os jesuítas, dessa maneira, se admitiram culturalmente melhor preparados em relação aos colonizadores e impuseram seus métodos para educar, já que por causa de sua constituição, que também era a única adequada para ensinar as primeiras letras, foram capazes de transmitir os ensinamentos católicos aos descendentes dos europeus que se interessavam em buscar instrução.

Além dos jesuítas, a historiografia encontrou no Brasil, localizados no período colonial e exercendo atividades diferenciadas, representantes de outras Ordens, restritos ao universo dos conventos, tais com os beneditinos, os carmelitas e os franciscanos. VILLAÇA (1975) ressalta que os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759, devido à reforma pombalina. Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, o país transformase na nova sede da realeza e no ano de 1822 foi proclamada a sua independência.

Depois desses acontecimentos, segundo Martins (1998), o catolicismo brasileiro iniciou uma nova fase. Os jesuítas possuíam um grande número de colégios localizados no litoral, que foram abandonados por falta de assistência. O autor destaca a importância assumida pela religião católica junto à família Real, assinalando que:

A religião católica é elevada à categoria de religião oficial do Império e ao imperador, como chefe do Poder Executivo exercitado com os ministros, competia manter a religião do Estado, além de nomear e prover os benefícios eclesiásticos (MARTINS 1998, p. 71-72).

Os bispos, os párocos e outros membros eclesiásticos, além de exercerem funções espirituais, também se dedicavam às funções civis de alta importância, influenciavam na sociedade de um modo geral, geriam sobre a moral, instrução e comportamento social da população. Além de responsável por sua capela, os clérigos eram também encarregados de visitar as casas dos fazendeiros, desempenhando para a sociedade um papel praticamente institucionalizado de intelectual que preenche cargo público, agindo como intermediário entre o poder instituído e o povo.

Tal situação pode ser assinalada, quando se recorre à colocação feita pelo historiador montesclarenses Urbino Vianna, quando diz que:

Cônego Carlos A. Vincart, Sacerdote de grande cultura e espírito essencialmente caridoso. É belga e faz parte da missão Presmonstrense, da qual é chefe. Veio para o Brasil em 1896, indo dirigir o Colégio de S. S. Coração de Jesus, em Sete Lagoas (...). Nomeado Vigário de Montes Claros em 1901, a sua preocupação tem sido o melhoramento intelectual do povo. Fundador do Jornal "A Verdade" de diversas instituições impulsionadoras do progresso moral, sejam clubes dramáticos, sociedade de letras, colégios etc. Exerce, actualmente as funções Pró-Vigário Geral do Bispado (VIANNA 1916, p. 266-267).

As congregações religiosas foram responsáveis diretas pela inserção da prática religiosa objetivada pelo Vaticano no mundo, a partir da metade do século XIX. Essas congregações tinham o objetivo de expandir o domínio na sociedade laica, fortalecendo a

Volume 21, número 2: 2016

legitimidade do catolicismo perante o Estado. Fixadas no interior, as Ordens religiosas tiveram função de estabelecer com os latifundiários de cada cidade ou região grupos detentores do poder econômico e político local.

As dificuldades pelas quais essas ordens enfrentaram, a fim de chegarem rapidamente a Montes Claros, justificou-se, sobretudo, pela possibilidade de contribuição para o desenvolvimento do setor educacional, especialmente no tocante ao ensino religioso, além da criação de escolas para meninas, como era prática na Bélgica.

Constantemente, famílias católicas solicitavam ao padre Vincart a criação de um colégio para meninas, uma vez que o estabelecimento mais próximo nessa modalidade ficava em Diamantina e uma viagem de Montes Claros até lá durava entre 10 e 12 dias.

A vinda das congregações religiosas para Montes Claros foi vista com admiração pela população local, já que deixaram sua pátria, o aconchego das famílias e a “civilidade” local, para servir a um lugar que desconheciam completamente, de clima tropical, com o qual não estavam acostumadas, no seio de um sertão inculto, desprovido de condições ideais de sobrevivência, apenas para atender ao apelo de um povo laborioso e fervoroso por índole.

Ao se instalarem na cidade, ressalta a matéria da revista citada anteriormente, o olhar de todos convergia para o grupo dos novos visitantes de freiras e missionários presmonstratenses, os “Padres Brancos”, como eram chamados aqueles que acompanhavam as quatro Irmãs da Ordem Religiosa do Sagrado Coração de Maria. A denominação de “Padres Brancos” decorria do fato de usarem uniformes brancos, o que não era comum, uma vez que as “batinas” usadas pelos padres eram de cor preta. Por isso, na Bélgica as batinas brancas eram usadas em ocasiões especiais, como festas religiosas. Entretanto, em Montes Claros, o uso da cor branca tornou-se um hábito como estratégia para minimizar o desconforto do calor.

A fim de recepcioná-las bem, deram-lhes um casarão aconchegante – hoje demolido –, localizado na antiga Rua Dona Eva. Ali ficaram as quatro Irmãs e Mme. Caçu, brasileira, filha de franceses, que ministrava aulas de português. Nesta mesma casa, em 05 de setembro de 1907, as Irmãs fundaram o Colégio Imaculada Conceição, onde ministraram aulas de trabalhos manuais, pintura, música, desenho, além das aulas de boas maneiras e sobretudo, a catequese, atraindo um grande número de alunas.

Volume 21, número 2: 2016

Em 1909, novas religiosas belgas juntaram-se às suas companheiras, destacando as Irmãs Beatriz e Rufina, que vieram para a Santa Casa de Montes Claros, além das Irmãs Canuta, Berta, Berckman, Samuela e Blanche para o Colégio Imaculada Conceição. A irmã Beatriz – Irmã Beata como ficou popularmente conhecida, acabou marcando seu nome na história da Santa Casa de Montes Claros e na história da cidade. Sua dedicação incondicional à causa social tornou-se uma referência, um símbolo de desprendimento e de luta em favor dos mais necessitados. Abdicou-se de privilégios para viver uma vida simples, dedicada a ajudar aqueles que clamavam por alguma forma de amparo. Abria mão até mesmo de parte dos rendimentos financeiros que recebia como pagamento por seus serviços para destiná-los às pessoas carentes. Seu trabalho na Santa Casa é lembrado até hoje, servindo de referência para ações desenvolvidas a-posteriori, seja por outras irmãs integrantes da instituição ou por leigos empáticos à causa, atuando como provedores a fim de manter a filosofia religiosa na condução das atividades do hospital, sobretudo no que diz respeito a assistir aos mais necessitados.

As primeiras irmãs que chegaram a Montes Claros, no ano de 1907, tiveram tantas dificuldades quanto as que vieram em 1909. As duas irmãs que vieram trabalhar na Santa Casa voltaram imediatamente para Bélgica, já que naquela época a Santa Casa estava situação carente de recursos para também sustentá-las. No tocante a isso, um documento elaborado pelas próprias Irmãs do Sagrado Coração de Maria, com a colaboração da KADOC (Katholiek Documentatiecentrum – Centro Católico de Documentação), Lovina, ressalta que:

A primeira fundação das Irmãs de Berlaar no Brasil foi tudo, menos sucesso. As irmãs foram convidadas para servir no hospital local, chamado “*Santa Casa*”, mas isso não se realizou por oposição local. Depois o Pe. Bento Vincart instituiu para que as Irmãs começassem uma escola de corte e costura e um curso de francês. Por causa do nível de formação elementar das Irmãs, essas atividades também não tiveram êxito. O Pe. Vincart esforçou-se ainda para ensinar algumas noções de português às irmãs, mas depois de três dias já desistiu desta tentativa, no seu ver, sem futuro (LOVINA, 1995, p. 152).

É imprescindível destacar o fato de que as Irmãs que vieram para Montes Claros não tinham formação intelectual para atuarem como educadoras. De acordo com o documento “150 anos da congregação” (1995), nenhuma das quatro religiosas, com idade entre 25 e 36 anos, tinha diploma de curso superior ou qualquer habilitação para lecionar. Irmã Odília trabalhou em um hospital de Willebroek. As outras três fizeram somente trabalhos domésticos. No seu relatório

sobre a missão no Brasil, Irmã Olga questionou o motivo pelo qual a madre Superiora enviou “Irmãs tão simples e sem cultura” para o Brasil com este intuito. Irmã Blandina ressaltou que as Irmãs Odília e Octávie sabiam apenas ler e escrever e que a Irmã Remígia apta apenas para trabalhos domésticos. Dessa forma, duas indagações podem ser levantadas: vislumbravam-se aqui condições ideais para que a Congregação pudesse aliar educação e fomento na economia da localidade ou os responsáveis pela missão acreditavam que o povo brasileiro, sobretudo as mulheres que compunham a sociedade montesclarensce, eram desprovidas capacidade intelectual, motivo pelo qual não exigiriam pessoas mais qualificadas para instruí-las.

O Colégio Imaculado da Conceição de Montes Claros como modelo do ideal feminino no século XX

Montes Claros, como quase todas as cidades brasileiras, também foi constituída com a influente participação dos grupos oligárquicos no desenvolvimento social, econômico, político e religioso. Para esses grupos, era importante transformar a cidade em um polo educacional religioso, com o escopo de atender aos anseios da elite latifundiária de toda a região, estendendo-se até o sul da Bahia. Por isso, era importante para a cidade que outras famílias, além daquelas existentes na região que dominavam a política econômica local, mantivessem seus filhos matriculados nos colégios-internos-católicos de Montes Claros. Na medida em que vinham visitar seus filhos e filhas, os latifundiários acabavam estreitando ou estabelecendo novas relações econômicas com a cidade. Essa situação os permitia realizar negócios, ampliar o fluxo comercial e, conseqüentemente, conseguir melhores condições de inserção em um mercado mais amplo.

Conforme Silveira e Collares (1995), um ano antes da emancipação política, quando ainda Arraial de Formigas, Montes Claros teve a sua primeira escola pública com o professor Joaquim de Azevedo, substituído três anos após, em 1833, por Luiz José de Azevedo exonerado por ter desleixo e inapetência. A escola encerrou suas atividades, todavia já houvesse uma escola particular para os filhos das famílias da elite, mantida pelo padre Felipe Pereira de Carvalho. A escola conseguiu expandir-se, passando a comportar um número maior de alunos. Curioso observar que os alunos mais pobres, cujas famílias não dispunham de recursos suficientes para arcar com as mensalidades, eram custeados pela Câmara Municipal.

A ausência da escola pública na cidade levou o Cel. José Pinheiro Neves, então presidente da Câmara Municipal, a uma viagem à Ouro Preto, a fim de obter a nomeação de Mestre Vincente José Figueiredo, para assumir a função de restaurar a escola pública no município, o que não impediu a consolidação dos colégios particulares.

A implantação do Colégio Imaculada Conceição, com o apoio da Igreja e da oligarquia dominante, facilitou aproximação entre filhos e filhas dessas famílias tradicionais, o que permitiu intercâmbio político e econômico em um espaço geográfico maior, já que Montes Claros constituiu-se no centro de convergência de decisões políticas e econômicas de praticamente toda a região. Havia, também, por parte dos pais, a preocupação - mesmo que não declarada abertamente - de conseguir a união de seus filhos, oportunidade de manter relações estreitas entre as famílias tradicionais, já que naquela época era comum ou quase uma função institucionalizada, a política de casamentos dos filhos ser orquestrada pelos pais.

Em Montes Claros, a oligarquia e a Igreja Católica tiveram papel determinante para criação dos chamados colégios religiosos. Por se tratar de uma Congregação feminina, o Sagrado Coração de Maria deveu obediência à organização clérica e ao pároco do local de sua instalação, veio para a cidade, graças ao apelo feito pelo Pe. Carlos Vicart e pelas famílias católicas, o que reforçou a tese de que a mulher, invariavelmente, estava subordinada ao homem.

Manoel (1996) aborda as estreitas ligações entre o catolicismo conservador, monarquista, antiliberal, antifeminista com os segmentos aristocratizados da oligarquia e, sobretudo, com aqueles segmentos modernizantes, liberais e republicanos. Para o autor, estas ligações foram possíveis, uma vez que a oligarquia não pretendeu a modernização - pretendeu sim avançar naquilo que pudesse significar aumento de produtividade (máquinas, ferrovias, bancos, trabalho assalariado) ou reordenação no âmbito político, mas não via com bons olhos as novas ideias de liberdade, igualdade, profissionalização feminina.

É fundamental ressaltar que a aliança Igreja conservadora e Oligarquia permitiu a expansão da rede escolar católica por todo país, entre 1859 e 1959. Por isso, a efetiva atuação reguladora da Igreja, com a complacência e aval do Estado foi responsável pelo cerceamento da liberdade feminina na sociedade brasileira, sobretudo no período colonial.

Volume 21, número 2: 2016

A história do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros inicia-se com a chegada das Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, por uma associação de quatro moças vindas da cidade de Berlaar, na Bélgica. A fim de estimular o ensino religioso, fundamentado em uma educação pautada pela disciplina e obediência à moral e os bons costumes, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria fundaram o Colégio Imaculada Conceição, primeiro educandário particular existente em Montes Claros no ano de 1907, encerrando suas atividades em 1917. Após 10 anos, o Colégio Imaculada Conceição foi reaberto em 7 de março de 1927 e começou a funcionar dentro das normas do Estado e da filosofia cristã, sob o regime de internato, até 1971 e externato.

Conforme Critelli (1980) a educação não pode ser desarraigada do contexto social, do tempo, dos valores, condições e acontecimentos históricos em que se manifesta e que integra. Aquilo no que ela se constitui, depende e se determina relativamente à vida dos homens a que se destina. As aspirações destes, suas exigências, contradições, seus impasses e suas visões-de-mundo esteiam e dão significado à ação educacional que lhes diz respeito. Ao pesquisar as trajetórias femininas em documentos e fontes impressas entre os séculos XVI e XVIII, Del Priori (1995) encontrou imagens recorrentemente associadas à dominação e à opressão das mulheres. Os relatos da autora confirmam que as mulheres eram vítimas constantes de dor, sofrimento, solidão e humilhação, além da exploração física, emocional e sexual.

Todavia, Del Priori (1995) diz que durante o período colonial, uma série de fatores cristalizaram-se, conferindo às mulheres uma situação específica na sociedade que então se formava. O rico período de entrecruzamento de diversas etnias, os diálogos entre visões de mundo diferentes, costumes, hábitos e crenças marcados pela alteridade fecundaram a condição feminina que se organizou no Brasil.

Por isso, a Congregação estava preparada para a expansão missionária, mesmo em terras incultas e selvagens da África e terras aculturadas do Brasil. O cônego Francisco Moureau (Padre Chico) pediu e obteve quatro irmãs, que assumiram a responsabilidade da direção da Santa Casa de Montes Claros. As religiosas pouco conheciam sobre o Brasil e quase nada sabiam sobre Montes Claros, aceitando o convite para embarcar, em 24/04/1907, no navio “BONN”. Após 30 dias de uma travessia normal aportaram no Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1907. Como na década de 1910 Montes Claros não tinha aeroporto, a parada mais

próxima era a cidade de Curralinho, hoje Corinto, localizada aproximadamente a 200 quilômetros de Montes Claros, que era a última parada do trem de ferro. Em Curralinho, uma comitiva aguardava as visitantes para trazê-las até Montes Claros com uma caravana formada por cavalos bem adestrados e burros de carga, principal meio de transporte existente na cidade. Para as religiosas, andar a cavalo era uma novidade e um desafio, já que era a primeira vez que experienciavam aquela sensação.

A criação do Colégio Imaculada Conceição, em Montes Claros, por uma Congregação religiosa católica e seu rápido crescimento, gozando de grande prestígio diante da sociedade local, mostrava como a Igreja era uma instituição com grande monopólio ideológico e um efetivo monopólio religioso na organização da nova sociedade que se pretendia cristã. Del Priori(1995) assinala que cabia à Igreja a função de regular o cotidiano das pessoas pela orientação ética, pela catequese, pela educação, pelo ritmo semanal recortado pelo Domingo e pelo calendário anual.

Dessa forma, a Igreja se fazia presente em outros momentos da vida do indivíduo: batismo, eucaristia, casamento, extrema-unção, funerais, penitência e os demais gestos que acompanhavam o cotidiano. A fim de concretizar seu projeto, a Igreja lançou mão de outras estratégias além do sistemático discurso normativo, plantado no cotidiano religioso da localidade. Por isso, impediu que as mulheres tivessem outros papéis que não aqueles determinados pela vida familiar.

O Colégio acabou se transformando em uma referência na região, atraindo alunas de outras regiões, normalmente filhas de famílias tradicionais e de posses, o que influenciou no desenvolvimento econômico de Montes Claros; o contato com alunas de outras regiões promovia, além disso, intercâmbio cultural e a consolidação do nome do Colégio acabava influenciando diretamente o surgimento de novos estabelecimentos educacionais e a preocupação com a da qualidade do ensino em Montes Claros.

Entretanto, deve-se ressaltar que o Colégio Imaculada Conceição não tinha como objetivo atender toda a população feminina, mas aquela parcela da oligarquia rica que dominava economicamente a região. Tradicionalmente, os pais procuravam criar seus filhos (particularmente as filhas), num modelo de educação condizente com as normas e padrões de comportamento imposto ou difundido pela Igreja e pelo Estado. Dessa forma, para ser

considerada uma “moça decente” era fundamentais que essas normas de comportamento fossem observadas e seguidas a rigor.

O processo de “adestramento” pelo qual passaram as mulheres coloniais, que também pode ser observado na sociedade de Montes Claros, conforme Del Priori (1995) foi acionado por meio de um musculoso instrumento de ação: o primeiro, baseado em um discurso sobre padrões ideais de comportamento, importado da Metrópole e que teve nos moralistas pregadores e confessadores como os mais eloquentes porta-vozes.

Elementos para esse discurso normalizador já se encontravam impregnados na mentalidade popular portuguesa – e mesmo europeia – cabendo à Igreja metropolitana adaptar-se aos valores conhecidos das populações femininas, para um discurso com conteúdo e objetivos específicos. Tal discurso foi pulverizado sobre toda a atividade religiosa exercida na colônia, dando especial sabor normativo, às regras das confrarias e irmandades, aos “causos” moralizantes, aos contos populares, critérios com que se julgavam os infratores das normas por intermédio da “murmuração” e da “maledicência”. A mentalidade colonial destaca Del Priori, foi perpassada e impregnada por esse discurso normativo.

Os padres dos Sagrados Corações e as Congregações de Irmãs, destinados à missão conforme estratégia pré-elaborada pela Igreja correspondia aos anseios e interesses da oligarquia e elite. Além disso, traziam o modelo cultural europeu, sinônimo de “status” na hierarquia social, assumindo um posicionamento de elaboradores de novos hábitos, impossíveis de serem incorporados pelos grupos novos abastados. A sociedade burguesa capitalista que se estruturou, as classes médias em ascensão e a sociedade tradicional tinham apreciação especial pelos colégios católicos. Para esses grupos, a educação contribuiu para a formação da mulher da elite. Já os grupos subalternos, sem acesso a essa educação, continuariam inferiorizados pelos seus hábitos e costumes, percebidos no modo de falar, de vestir e de se comportar socialmente e, por fim, pela vigência de um não conhecimento enciclopédico europeu, mas aquele que se limitava a atividade do dia-a-dia, somado aos valores que eram passados de geração em geração, mediado pelos familiares.

Em contrapartida, Manoel (1996) diz que, apesar de serem poucos letrados, os representantes da oligarquia perceberam que não era mais possível manter suas filhas com o mesmo grau de ignorância e isolamento em que viviam até então. O antigo comportamento

feminino herdado da tradição colonial portuguesa era incompatível com a sociedade brasileira que se urbanizava, se abria no contato com a cultura e o mundo moderno. Desta forma, ressalta o autor que não era suficiente que as mulheres soubessem apenas dirigir a casa e governá-la. Tornava-se necessário que elas soubessem ler, escrever, conversar, que conhecessem um pouco do mundo além dos muros de suas casas e das paredes das paróquias mais próximas. Era necessário educar e levar a essas jovens a cultura. Não se tratava, contudo, de uma educação profissionalizante, mas de uma educação voltada para o polimento e domesticação das mulheres.

O papel do colégio era, portanto, manter vigilância e controle sobre o comportamento das alunas dentro do colégio, a fim de evitar qualquer atitude que, por ventura, pudesse indicar uma relação afetiva mais íntima entre elas. O fato das irmãs se preocuparem em não deixar duas alunas conversando sozinhas revelou uma preocupação das religiosas em evitar qualquer tentativa de insubmissão ou revolta, sobretudo no que tange à descoberta da sexualidade.

A condição das mulheres ao desempenharem papel inferiorizado na sociedade no tocante ao acesso à educação foi um dos motivos que levou ao surgimento e expansão das chamadas escolas religiosas e, sobretudo, dos internatos. No século XX o surgimento dos internatos criou novas perspectivas para a educação das mulheres no Brasil, ao abrigarem tanto mulheres como homens entre seus alunos. Todavia, para as mulheres, a função destes espaços teve uma conotação diferente, uma vez que na sociedade burguesa e conservadora brasileira, à mulher eram impostas regras mais rígidas de criação e educação e, para muitas delas, o internato era de regra, a alternativa para o acesso aos estudos. Conforme Foucault (1995)

(...) o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma “apropriação”, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pode deter; que lhe seja dado como modelo antes da batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio (FOUCAULT, 1995, p.29).

O enclausuramento das mulheres dentro das instituições para educar, na verdade objetivou domesticar estes corpos para construir um modelo ideal de feminilidade dentro

Volume 21, número 2: 2016

dessa relação de poderes que compunha a burguesia norte-mineira. Este modelo, por sua vez, revelou nada mais que a plena subordinação e dominação das mulheres pelos homens, pais, maridos e padres, não mais de maneira física, mas de modo político e ideológico, manifestando-se no campo da economia, aparecendo de modo diverso de acordo com a classe social. Nem sempre mostra de modo claro na complexidade das relações sociais, mas muito mais frequentemente dissimulada, camuflada e dissolvida em outras instâncias: religiosa, artísticas, intelectuais e jurídicas. As manobras que Michel Foucault diz de que o poder dispõe, justamente, o modo como se constituiu, em Montes Claros, o modelo de educação e ideal de feminilidade.

A oligarquia dominante, por sua vez, procurava manter-se obediente ao modelo de vida consolidado nos preceitos do catolicismo e refleti-las nas leis instituídas, comprovando a participação das ordens religiosas na formação cultural da sociedade brasileira. Aplicada nas adolescentes pelas ordens e congregações femininas do catolicismo, a educação europeia passou a ser um fator que identificava quem eram os grupos mais abastados, tornando, assim uma possibilidade de ascensão social feminina e logicamente da família, devido à instrução nesses colégios de ensinar e produzir o tipo de comportamento feminino desejado.

Para alguns integrantes da classe dominante, a presença do liberalismo democrático aliado ao paradigma do desenvolvimento industrial vigente no período, tomou gradativo impulso a partir da segunda metade do século XIX, acentuando heterogeneidade na elite, que se dividiu entre liberais e conservadores. Houve um acentuado pensamento político liberal com a Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Dois acontecimentos políticos e culturais que refletiram na modernização do País. Todavia, a implantação da república não rompeu com o padrão da mulher dona de casa, submissa ao marido. Para os republicanos que aderiram ao cientifismo e ao naturalismo o comportamento feminino era igual ao tradicionalismo conservador. Apenas retirava o caráter religioso da conduta feminina, substituindo-o pela educação moral e física baseada na ciência.

Para esses republicanos, o casamento e a família eram considerados a base de uma sociedade disciplinada, organização essencial para estruturar a nação, elevando os brasileiros a um grau maior de civilização. Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável. O casamento e a maternidade eram

efetivamente construídos e admitidos como a verdadeira carreira feminina; isto é, para a mulher era reservado como papel preponderante ser esposa e mãe. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho era percebido como caso de desvio da norma; poder-se-ia dizer que era mesmo uma transgressão, ir de encontro aos preceitos pré-estabelecidos ou admitidos.

Na opinião de muitos analistas do assunto, não havia porque povoar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial como esposa e mãe exigia apenas uma moral sólida e bons princípios. Ela precisava ser a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar e a educadora das gerações do futuro.

Considerações Finais

Nota-se que houve consideráveis transformações políticas no Brasil, no que se refere à participação feminina na sociedade, apesar de continuar vigorando até as primeiras décadas do século XX, da Primeira República o tradicional conservadorismo. A educação feminina passou a ser desejada, desde que mantivesse a mulher em sua posição que sempre lhe foi imposta, de esposa, dona de casa e mãe, entre os grupos abastados.

Percebe-se que durante longos anos da história de toda a sociedade mundial, a mulher sempre teve papel secundário na sua relação com o homem e com a própria sociedade de modo geral. Essa relação foi norteadada pela submissão, pela privação de liberdade, pelo cerceamento de direitos elementares, como o de estudar, de se instruir e participar de forma mais efetiva das decisões, sejam elas no campo social, político e econômico.

Todavia, deve-se ressaltar o notável avanço conseguido pelas mulheres em todos os segmentos da vida social e pública. No que se refere à educação, assim como a mulher deixou de ser objeto e passou a ser agente, graças a seus esforços, também a educação tem deixado de ser privilégio, prerrogativa das classes dominantes, para ser algo ao alcance de todos, independentemente da classe social, da cor e do credo.

A análise do papel das Congregações religiosas possibilitou constar a importância no desenvolvimento do sistema de educação no mundo e, particularmente no Brasil, além da formação moral e ética de vários jovens, sobretudo daqueles que pertenciam às oligarquias que dominavam os setores políticos, sociais e econômicos na cidade.

Volume 21, número 2: 2016

Um aspecto importante a ser ressaltado, em relação ao sistema educacional brasileiro, é o fato de que as regras do modelo de educação, invariavelmente, foram ditadas pelo Estado e, na forma de educar, também a questão religiosa esteve sempre presente nas escolas brasileiras. Houve uma aliança entre a oligarquia dominante no país e a Igreja Católica, isso ainda no século XVIII. A igreja teve grande influência no processo colonizador, tanto no plano moral, nos costumes, na vida e na base cristã da família brasileira. Portanto, as Irmãs tiveram papel fundamental no setor educacional e de saúde em Montes Claros. As Ordens religiosas tinham também interesse comercial em suas ações, haja vista que procuraram regiões onde pudessem manter boas relações com a elite dominante, a fim de facilitar a instalação de suas instituições.

Não se pode negar que, a despeito de existir uma premissa caridosa como finalidade para o trabalho das ordens religiosas na cidade de Montes Claros, deve-se considerar que hoje, o Colégio Imaculada Conceição mantém a formação religiosa dentro de sua estrutura e a filosofia de formar intelectualmente o aluno dentro das normas da moral cristã e da modernidade sadia, mas acompanha as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais da cidade, gozando de prestígio e credibilidade perante a produção local e regional.

Conforme pesquisa publicada pelo Jornal Estado de Minas, em dezembro de 2000, é um dos que melhor prepara seus alunos para o vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Deve-se ainda enfatizar que o Colégio dispõe atualmente de recursos materiais, estrutura física e organizacional que permite aos alunos participarem e desenvolverem diversas atividades, seja no campo esportivo ou cultural.

Em suma, o Colégio Imaculada Conceição tem seu nome marcado na área de ensino em Montes Claros e é reconhecido pela seriedade e credibilidade com que conduz suas atividades, sobretudo porque procura praticar o ensino dentro de padrões que priorizam a ética, a moral, os bons costumes, o respeito à individualidade e até mesmo à liberdade de credo, já que nem todos seus alunos pertencem exclusivamente à religião católica.

Referências bibliográficas

- CRITELLI, Dulce Maria. **Educação e dominação cultural**. Tentativa de reflexão ontológica. São Paulo: Cortez, 1980 (Dissertação).
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo** – condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir** – História da violência nas prisões – 12 ed. (Trad. Raquel Ramallete). Petrópolis: Vozes, 1995.
- Irmãos do S. C. de Maria em colaboração com KADOC (Centro Católico de Documentos), **1845-1995 – 150 Anos Irmãos do S. C. de Maria de Berlaar Servindo em Simplicidade**. Lovaina, 1995.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859- 1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: ed. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1996.
- MARTINS, Patrícia Carla de Melo. **Catolicismo Ultramontano e o Colégio Feminino Nossa Senhora de Lourdes de Franca (1888-1930)**. Franca: Universidade Estadual Paulista, 1998 (Tese).
- SILVEIRA, Yvone; COLLARES, Zezé. **Montes Claros de ontem e de hoje**. Montes Claros. Academia Montesclarensce de letras, 1995.
- VIANNA, Urbino de Sousa. **Monographia História Geographica e Descriptiva de Montes Claros**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.